



## Ações da SEDAM de Rondônia melhoram o padrão de vida das famílias de pequenos produtores rurais



Nos últimos quatro anos, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM-RO) desenvolveu uma série de ações em prol da preservação ambiental, que resultaram num ambiente mais favorável à aplicação de investimentos no Estado e a oportunidades de inclusão social para as comunidades. De acordo com a

Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Nanci Maria Rodrigues da Silva, uma das iniciativas foi a realização de 34.776 Cadastros Ambientais Rurais - CAR, que abriram as portas para a Produção Sustentável com Inclusão Produtiva para as famílias de pequenos e médios produtores rurais. Essas e outras ações foram, divulgadas pela Secretária nessa entrevista exclusiva concedida ao portal **Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia (PQGA)**.

### **1. Quais as ações da SEDAM nesses quatro últimos anos a Sra. Secretária destaca como legado dessa gestão em prol da preservação ambiental? O que dessa atuação resultou em um ambiente mais favorável à aplicação de investimentos no Estado, à geração de renda e as oportunidades de inclusão social para as comunidades?**

A realização de 34.776 Cadastros Ambientais Rurais (CAR), que possibilitou a produção para as famílias de pequenos e médios produtores rurais é o principal destaque. O CAR está promovendo o desenvolvimento social da família rondoniense, prioritariamente a de menor renda, por meio da melhoria de seu padrão socioeconômico, pois já movimentou mais de 300 milhões de reais em financiamentos nas pequenas, médias e grandes propriedades. Promovemos também a simplificação do Licenciamento, reduzindo em mais de 300% o tempo para as análises dos Processos; foram aprovados, até 2013, 686 Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) com volume de 3.600.000m<sup>3</sup>, potencializando a extração legal de madeira para comercialização; fomentamos as marcenarias através da simplificação de uma política pública para o setor; favorecemos o fomento da produção e armazenamento de grãos por meio da simplificação do licenciamento dos silos; houve a redução em mais de 70% nos focos de queimadas por intermédio das campanhas do 'Rondônia Sem Queimadas'; promovemos o Ordenamento Territorial através da revisão da segunda aproximação do Zoneamento; fomentamos a Política Pública da Piscicultura com



Aumento de mais de 490% na produção de peixes (piscicultura), passando de 3.454 para 70.242,38 kg; concluímos a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Rondônia – PERS/RO, do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO e do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia – PERH/RO.

## **2. Em relação ao problema do desmatamento, que agentes ou causas são críticos para os próximos anos?**

Os problemas relacionados com desmatamento para os próximos anos estão intrinsecamente relacionados com o avanço da pecuária extensiva e a agricultura mecanizada, principalmente, de soja. Inúmeras propriedades de pequeno porte foram negociadas no cone sul do Estado e transformadas em lavouras de soja. As pessoas que comercializaram suas terras tendem a buscar novas fronteiras agrícolas, avançando para áreas com coberturas florestais; e ainda há invasão de áreas protegidas, mas que serão regularizadas por meio de pressão, como foi o caso de parte da antiga Floresta Nacional do Bom Futuro, onde hoje encontra-se instalado o distrito de Rio Pardo.

Outro ponto crítico é a falta de regularização fundiária, pois, com a falta de identificação dos reais ocupantes, muitos praticam o desmate ilegal. A especulação imobiliária também é um forte aliado do desmatamento ilegal, pois a terra com floresta já manejada, ou seja, onde é explorada a madeira comercialmente viável, na visão dos proprietários, não possui grande valor comercial, enquanto a área desflorestada com pastagem tem seu valor triplicado.

Uma necessidade urgente é a criação de uma política pública de pagamento por serviços de proteção ambiental, pois em muitos casos existem pessoas que somente desmatam por entender que nada ganham por manter a floresta em pé, que não recebem qualquer benefício do governo por preservar a floresta.

## **3. Quais as estratégias adotadas pela SEDAM para redução e controle do desmatamento e combate a outros crimes ambientais?**

Foram implementadas as Florestas Plantadas de Rondônia que alavancaram o setor produtivo madeireiro com aumento de mais de 34% na geração de novos empregos. Garantimos a promoção da valorização do ativo ambiental e florestal mediante a formatação da Política Estadual de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (RED+). Tivemos um aumento de mais de 90% na participação das entidades representativas e organizações da sociedade civil definindo claramente o papel do setor público e privado neste contexto. Foi implementada a formatação e debate das Políticas de Resíduos Sólidos, Recursos Hídricos e Qualidade do Ar. Foram reduzidos em mais de 70% os focos de queimadas por meio das campanhas de conscientização e educação ambiental. Houve um



incremento de 90% das ações de educação ambiental para formação e prevenção aos processos de degradação do meio ambiente. E o trabalho foi reforçado com o aumento da participação social, nas palestras, oficinas, cursos de formação de agentes ambientais voluntários e desenvolvimento de seminários.

**4. Comente as medidas implementadas pela SEDAM para aperfeiçoamento do processo de descentralização da gestão ambiental e para conferir mais autonomia aos Municípios. Quais são hoje as principais limitações ou fragilidades dos órgãos ambientais municipais?**

Antes de 2011, só havia um Município no Estado que efetuava o licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental na capital Porto Velho. A partir de fevereiro de 2011, iniciamos o Programa de Descentralização da Gestão aos demais Municípios. As primeiras medidas adotadas foi dialogar com os prefeitos e convencê-los a receberem a Governança Ambiental Local; depois realizamos um diagnóstico administrativo, funcional e jurídico para nos embasarmos e implementarmos as medidas necessárias preconizadas pela Lei Complementar 140; em seguida capacitamos os servidores dos órgãos municipais, durante duas semanas, em cada Município, preparando-os para recepcionar a governança ambiental local. A segunda medida foi debatermos com a equipe do Conselho Estadual de Política Ambiental (CONSEPA) o projeto de resolução regulamentando as tipologias, natureza e porte dos empreendimentos e atividades que serão licenciadas pelos Municípios.

As principais fragilidades enfrentadas pelos Municípios são: pessoal técnico qualificado em saberes distintos; estruturas físicas inadequadas ou incipientes; equipamentos (bens móveis, imóveis) precários ou insuficientes e quadro de pessoal (funcional) limitado.

**5. Com a vigência do novo Código Florestal, quais as medidas adotadas pelo Estado para implementação do CAR e a regularização das propriedades rurais? Qual a maior contribuição do CAR para o ordenamento e desenvolvimento do território do Estado?**

Uma série de medidas foram adotadas:

- Elaboração do Decreto Estadual nº 17.281 de 14/11/12 dispõe sobre o CAR;
- Elaboração do Decreto Estadual nº 17.940 de 25/06/2013 dispõe sobre o PRA;
- Alteração da Lei Estadual nº 233, 6/06/2000 (ZSEE-RO), através da Lei complementar n.º 784, de 30/06/2014 que dispõe sobre o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia, para fins de recomposição florestal da reserva legal: 10% até 2 módulos fiscais, 20% até 2 a 4 módulos fiscais e 50% áreas superiores a 4 módulos fiscais.



- Termos de cooperação técnica firmados em 2012, entre: INCRA, EMATER, SEAGRI, TERRA LEGAL e as Prefeituras;
- O Governo de prioridade e apoio ao CAR como a ação eixo dos projetos prioritários;
- Realização de campanha de mídia e distribuição de material informativo do CAR;
- 52 Municípios atendidos pelos Termos de Cooperação Técnica firmados entre os órgãos e instituições parceiras;
- Equipes volantes de CAR em ações de mutirão;
- Aquisição dos equipamentos com recursos do BNDES (Termos de referências elaborados e em tramitação – Coleta dos pontos em GPS para 120.000 propriedades, Veículos, Motos, GPS, PC, Notebooks, Cursos em GVSig);
- 15 Municípios descentralizados;
- 400 Capacitações técnicas (SEDAM, EMATER, INCRA, FETAGRO, Prefeituras, SENGE, AREF), ação contínua;
- Mutirão de CAR nas áreas prioritárias e priorizadas (Municípios do Arco de Fogo – Machadinho, Nova Mamoré, Pimenta Bueno e Porto Velho);
- Plano de Ação Regularização Fundiária e Ambiental na região da TRÍPLICE.